



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

142  
TJP.

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**NPU 0001670-21.2006.8.17.0000**

**Ação Rescisória nº 134.884-3**

**Autor: Espólio de Cezar Augusto Magalhães**

**Advogado: José Carlos Barbosa de Almeida**

**Réu: Robson Ailton Saraiva da Silva**

**Advogado: Germano Bezerra Alves**

**Relator: Des. Tenório dos Santos**

EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ART. 485, INCISO V, DO CPC. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.018 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM INVENTÁRIO. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE REMESSA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. AÇÃO DESPROVIDA POR DECISÃO UNÂNIME. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

1. O Código de Processo Civil estabelece em seu art. 984 que as matérias que não dependam de dilação probatória devem ser decididas no Juízo do inventário, devendo somente ser remetidas às vias ordinárias àquelas de alta indagação;
2. O artigo 1.018 do CPC determina que havendo impugnação por parte dos herdeiros, o pedido de habilitação de crédito deve ser remetido às vias ordinárias;



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

143  
TDP.

**Ação Rescisória nº 134.884-3**

3. A interpretação conjunta destes dispositivos leva à conclusão que apenas as questões cuja solução dependa de maiores esclarecimentos não devem ser decididas nos autos do inventário;
4. Concede-se ao espólio autor, com base na Lei Federal nº 1.060/50, o benefício da Justiça Gratuita ante a comprovação de que não tem condições financeiras de arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios;
5. Condena-se o espólio autor nas custas processuais e honorários advocatícios no patamar de 10%(dez por cento) sobre o valor da causa;
6. Em face da concessão do benefício da justiça gratuita, determina-se que a execução fica condicionada à prova de que cessaram os motivos que justificaram a sua concessão, conforme estabelece o §2º, do art. 11 da Lei 1.060/50;
7. Ação rescisória julgada improcedente por decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Ação Rescisória nº 134.884-3, em que é Autor o **Espólio de Cezar Augusto Magalhães**, e, Réu, **Robson Ailton Saraiva da Silva**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, em **JULGAR PREJUDICADA** a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido e inépcia da inicial, e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** à Ação Rescisória, bem como deferir o benefício da justiça

2

Fórum Tomaz de Aquino, 2º andar, sito à Av. Martins de Barros, nº593 - Bairro de Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50.020-040 - Fone: 3419.3721

Nº05/2012



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

144  
TJP.

**Ação Rescisória nº 134.884-3**

gratuita ao espólio autor, e, por fim, condená-lo no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a sua execução suspensa nos termos do §2º, do art. 11 da Lei 1.060/50, tudo de acordo com o voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 20/3/12 ,

  
**Tenório dos Santos**  
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

---

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**NPU 0001670-21.2006.8.17.0000**

**Ação Rescisória nº 134.884-3**

**Autor: Espólio de Cezar Augusto Magalhães**

**Advogado: José Carlos Barbosa de Almeida**

**Réu: Robson Ailton Saraiva da Silva**

**Advogado: Germano Bezerra Alves**

**Relator: Des. Tenório dos Santos**

**RELATÓRIO**

Cuido de Ação Rescisória interposta pelo **Espólio de Cezar Augusto Magalhães** contra **Robson Ailton da Silva**, em face sentença proferida em 20.06.2001, nos autos da Ação de Habilitação de Credor, processo nº 474/99, que tramitou na Vara Única da Comarca de Bodocó, e julgou procedente a pretensão, declarando o ora réu habilitado como credor no inventário de bens deixados por falecimento de Cezar Augusto Magalhães.

Alega o espólio autor, numa breve síntese, que apesar da impugnação à ação de habilitação de crédito promovida pelo réu, o juiz sentenciante, contrariando disposição legal expressa (artigo 1.018 do CPC), julgou procedente a ação sem encaminhar os autos às vias ordinárias, sob o argumento de que a dívida estava representada por título líquido e certo.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

---

Aduz a necessidade de rescisão da sentença, com base no artigo 485, V, do CPC, por violar literal disposição de lei, qual seja, o artigo 1.018 do CPC.

O réu apresentou sua contestação às fls. 99/103 defendendo a sentença rescindenda, e, alegando, em preliminar, a impossibilidade jurídica do pedido e inépcia da inicial pela inexistência de violação a literal disposição de lei, e, no mérito, pugnando pela improcedência da ação.

Com vistas o Ministério Público ofertou parecer pela procedência do pedido, no sentido de ser rescindida a sentença e remetido o pedido de habilitação para as vias ordinárias.

À revisão.

Recife, 16/10/12.

**Tenório dos Santos**

**Des. Relator**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

145  
82.

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

NPU 0001670-21.2006.8.17.0000

Ação Rescisória nº 134.884-3

Autor: Espólio de Cezar Augusto Magalhães

Advogado: José Carlos Barbosa de Almeida

Réu: Robson Ailton Saraiva da Silva

Advogado: Germano Bezerra Alves

Relator: Des. Tenório dos Santos

**VOTO**

**PRELIMINAR – IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E INÉPCIA DA INICIAL**

O réu alega a impossibilidade jurídica do pedido e inépcia da inicial em razão da inexistência de violação a literal dispositivo de lei.

Observa-se que a preliminar se confunde com o mérito da causa, de modo que deve ser analisada quando do julgamento desta. Sendo assim, tem-se por prejudicada a preliminar argüida.

É como voto.

21/3/13

Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

146  
rp.

**DO MÉRITO**

**Antes de adentrar no próprio mérito da questão, concedo ao espólio autor, com base na Lei Federal nº 1.060/50, os benefícios da Justiça Gratuita ante a comprovação de que não tem condições financeiras de arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios.**

Observa-se dos autos que a ação foi intentada dentro do prazo legal, bem como que na hipótese se trata de rescisória proposta contra sentença que ofende literal disposição de lei. (art. 485, V, CPC)

O espólio autor alega que a sentença rescindenda violou o artigo 1.018 do CPC, ao julgar procedente a Ação de Habilitação de Crédito, proposta pelo réu, sem encaminhá-la às vias ordinárias, bem como pelo fato do cheque ter sido emitido na mesma data do falecimento do de cujus.

De proêmio, tem-se que a controvérsia gira em torno da possibilidade de habilitação de crédito em inventário, mesmo depois de ter sido impugnada pelos herdeiros.

O Código de Processo Civil estabelece em seu art. 984 que as matérias que não dependam de dilação probatória devem ser decididas no Juízo do inventário, devendo somente ser remetidas às vias ordinárias àquelas de alta indagação.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

144  
TJP.

Por outro lado, o artigo 1.018 do CPC determina que havendo impugnação por parte dos herdeiros, o pedido de habilitação de crédito deve ser remetido às vias ordinárias.

A interpretação conjunta destes dispositivos leva à conclusão que apenas as questões cuja solução dependa de maiores esclarecimentos não devem ser decididas nos autos do inventário.

Neste sentido é que se posiciona a jurisprudência do STJ.  
Vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA DECLARATÓRIA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DE NULIDADE DE DOAÇÃO. LIQUIDAÇÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA. ART. 984 DO CPC. QUESTÕES AFEITAS AO JUÍZO DO INVENTÁRIO.

(...)

**4. Cabe ao juízo do inventário decidir, nos termos do art. 984 do CPC, "todas as questões de direito e também as questões de fato, quando este se achar provado por documento, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de outras provas", entendidas como de "alta indagação" aquelas questões que não puderem ser provadas nos autos do inventário.**





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

148  
R.P.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido.

(REsp 450.951/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 12/04/2010)

REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7. JUÍZO DO INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA.

- "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." - **Pretensão de herdeiros que dispensa alta indagação e novas provas deve ser deduzida perante o juízo do inventário. - Questões de direito - mesmo complexas - resolvem-se no processo de inventário. O mesmo ocorre com as questões de fato documentadas nos autos.**

(AgRg no Ag 855.543/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/2007, DJ 01/08/2007, p. 470)

Corroborando este mesmo entendimento, destaca-se a jurisprudência desta Eg. 4ª Câmara Cível em julgamento análogo:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM INVENTÁRIO. POSSIBILIDADE. PROVA DOCUMENTAL. DESNECESSIDADE DE REMESSA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. VIOLAÇÃO À EXPRESSA DISPOSIÇÃO DE



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

149  
R.G.

LEI. NÃO VERIFICADA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DECISÃO UNÂNIME. 1. "Cabe ao juízo do inventário decidir, nos termos do art. 984 do CPC, "todas as questões de direito e também as questões de fato, quando este se achar provado por documento, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de outras provas", entendidas como de "alta indagação" aquelas questões que não puderem ser provadas nos autos do inventário". (STJ - REsp 450.951/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO). 2. Condenação da parte autora na verba de sucumbência, condicionando-se a execução à prova de que cessaram os motivos autorizadores da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

(TJPE, 0001949-07.2006.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 05/07/2012, 4ª Câmara Cível)

No caso dos autos, trata-se de cheque regularmente emitido, não havendo prova nos autos sobre seu pagamento. O fato de o título ter sido emitido na data em que faleceu o emitente não impede a cobrança pelo credor.

O espólio alega, contudo, que foram cobrados juros extorsivos sobre os cheques, de modo que a dívida já estaria quitada.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

150  
150.

Apesar das alegações do espólio, não se observa, das provas carreadas pelas partes, indícios da prática de agiotagem, até mesmo porque não há nos autos sequer uma indicação de qual percentual de juros teria sido cobrado do autor, o que demonstra o caráter meramente genérico de seus argumentos.

Ademais, não se pode olvidar que o cheque é uma ordem de pagamento à vista, sendo líquido, certo e exigível, dispensando, portanto, dilação probatória em face da obrigação que este representa.

Ante o exposto, não se verifica violação à expressa disposição de lei, pelo que julgo improcedente o pedido formulado na presente ação rescisória, devendo o espólio autor responder pelas custas processuais e honorários advocatícios no patamar de 10%(dez por cento) sobre o valor da causa.

Por fim, em face da concessão do benefício da justiça gratuita, determina-se que a execução fica condicionada à prova de que cessaram os motivos que justificaram a sua concessão, conforme estabelece o §2º, do art. 11 da Lei 1.060/50.

É como voto.

Recife, 21/3/13.

Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

1  
151  
[assinatura]

**AÇÃO RESCISÓRIA n° 0134884-3**

**Autor: ESPÓLIO DE CEZAR AUGUSTO MAGALHÃES**

**Réu: ROBSON AIRTON SARAIVA DA SILVA**

**Revisora Substituta: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES**

**VOTO-REVISÃO**

O Espólio de Cezar Augusto Magalhães interpõe a presente ação rescisória, visando desconstituir sentença que, em sede de Ação de Inventário (feito n° 381/99), processado na Vara Única da Comarca de Bodocó, julgou procedente o pedido de habilitação de crédito representado pelo cheque indicado na inicial.

Argumenta o espólio que, em havendo impugnação ao pedido de habilitação de crédito, deve tal pretensão ser remetida às vias ordinárias, conforme regra do art. 1.018, do CPC.

Nestes, termos e com fundamento no art. 485, V, pede o julgamento procedente da demanda, com o fim de desconstituir a sentença e determinar a remessa da dívida às vias ordinárias. Requer, também, a condenação da parte ré na verba sucumbencial.

A parte ré apresentou contestação às fls. 99/103, arguindo, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pedido e a consequente inépcia da exordial.

Em sede de mérito, alega, em síntese, ser o cheque uma ordem de pagamento à vista, abstrata, livre e circulável mediante endosso, sendo desnecessário, uma vez demonstrada a regularidade no preenchimento da cártula, a apuração de qualquer outra prova.

Deixou de acostar, contudo, a procuração judicial outorgada ao patrono subscritor da peça.

Intimado para sanar a irregularidade, nos termos do art. 13 do CPC, o demandado apresentou o instrumento procuratório às fls. dos autos.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 110/111, opinou pelo acolhimento da preliminar suscitada na contestação e pelo julgamento procedente da demanda rescisória, com rejeição do pedido de habilitação de crédito, adotando-se a regra do art. 1.018 do CPC.

Pois bem. Trata-se de ação rescisória ajuizada contra sentença que, em sede de ação de inventário, habilitou o crédito representado por cheque.

[assinatura]



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

Prefacialmente, entendo ser o caso de deferimento do benefício da justiça gratuita para o autor, por considerar presentes os requisitos autorizadores, conforme declaração de fl. 18.

**1. Preliminar: impossibilidade jurídica do pedido**

Preliminarmente, aduz o réu a impossibilidade jurídica do pedido, pois não houve violação à literal disposição de lei, mas sim interpretação de norma pelo juízo.

Pugna, então, pelo reconhecimento da inépcia da inicial, com a consequente extinção do feito sem julgamento de mérito.

Primeiramente, é de se considerar que "O pedido é juridicamente possível quando o ordenamento não o proíbe expressamente" (Nelson Nery Junior; Rosa Maria de Andrade Nery. "Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante". 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2006, p. 437).

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial pátrio:

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ASSISTENTE JURÍDICO APOSENTADO. TRANSPOSIÇÃO PARA A CARREIRA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. APOSTILAMENTO. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. MATÉRIA CONSOLIDADA NO ÂMBITO DO STJ. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. (...) 4. **"Pedido juridicamente impossível é somente aquele vedado pelo ordenamento jurídico"** (REsp 1.052.680/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 6/10/11), o que, todavia, não se confunde com a eventual conclusão de improcedência, que é questão de mérito.(...)" (STJ. MS 15.799/DF, Rel. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, julgado em 22/08/2012).

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA E AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. CONEXÃO. INTERESSE PROCESSUAL E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. CARÊNCIA AFASTADA. 1. O instituto da conexão tem a finalidade de evitar discrepância entre os julgamentos, mas isso não implica a obrigatoriedade de que as demandas reunidas devam obrigatoriamente ter seu mérito apreciado. 2. Conforme entendimento desta Corte, as condições da ação, dentre as quais se insere a possibilidade jurídica do pedido e o interesse processual, devem ser verificadas pelo juiz à luz das alegações feitas pelo autor na inicial. Trata-se da aplicação da teoria da asserção. 3. **Pedido juridicamente impossível é somente**

152  
/ 106.

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

aquele vedado pelo ordenamento jurídico e, diante da alegação de inadimplemento contratual, verifica-se que há, em abstrato, interesse processual do recorrente em promover ação de cobrança em face do recorrido. 4. O fato de ter sido ajuizada uma ação de revisão contratual, na qual se discutem as cláusulas do contrato celebrado entre as partes, não retira a viabilidade da ação de cobrança, podendo, no entanto, influir no julgamento do seu mérito. Reconhecida a violação do art. 267, VI, do CPC. (...) (STJ. REsp 1052680/RS, Rel. Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 27/09/2011).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. A ALEGADA CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS NÃO RESTOU CONFIGURADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. SÚMULAS 282, 356/STF E 211/STJ. (...) 3. A impossibilidade jurídica do pedido somente se configura quando o pedido ou a causa de pedir são vedados, ou quando contrários ao ordenamento jurídico. Ora, havendo, na espécie, expressa previsão, em lei estadual, de percepção da referida gratificação, descabida a alegada preliminar (REsp-438.926, Ministra Laurita Vaz, DJ de 17.11.03). 4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ. AgRg no REsp 1020350/AM, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJRS), Sexta Turma, julgado em 17/11/2011).

Assim, mostra-se possível, em tese, o pedido de rescisão da sentença proferida nos autos de habilitação de crédito, mormente quando o autor indica o dispositivo que considerou literalmente violado, nos termos do art. 485, V do CPC.

Ademais, a análise acerca da existência ou não de violação à literalidade do dispositivo legal apontado pelo autor diz respeito ao mérito da presente demanda e com ele se confunde. Eventual reconhecimento da incorrência da violação alegada levará à improcedência do pedido inaugural, e não à sua inadmissão preliminar.

Deste modo, admissível, em tese, o pleito deduzido, rejeito a preliminar suscitada.

**2. Mérito:**

Superada a preliminar, passo a apreciar o pedido de rescisão formulado pelo autor.

Em cotejo dos autos, percebe-se que toda a controvérsia envolve a habilitação de crédito em inventário, mesmo depois de ter sido impugnada pelos herdeiros.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

Diz o Código de Processo Civil, art. 984 que as matérias que não dependam de dilação probatória devem ser decididas no Juízo do inventário, só devendo remeter às vias ordinárias as questões de alta indagação.

O art. 1.018 do mesmo regramento legal estabelece que, havendo impugnação por parte dos herdeiros, o pedido de habilitação de crédito deve ser remetido às vias ordinárias.

A interpretação sistemática destes dispositivos conduz ao entendimento que somente questões cuja solução depende de maiores esclarecimentos não poderiam ser decididas nos autos do inventário.

Neste sentido, vem decidindo o STJ e os tribunais pátrios, conforme precedentes a seguir colacionados.

**"DIREITO CIVIL. INVENTÁRIO. DOAÇÃO EM VIDA. ART. 1.776, CC/1916. POSSIBILIDADE DE PREJUÍZO DA LEGÍTIMA. ARGÜIÇÃO POR UM DOS HERDEIROS. QUESTÃO DE ALTA INDAGAÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO NA SEDE DO INVENTÁRIO. RECURSO DESACOLHIDO. I - Na linha da doutrina e da jurisprudência desta Corte, questões de direito, mesmo intrincadas, e questões de fato documentadas resolvem-se no juízo do inventário e não na via ordinária. II - Eventual prejuízo da legítima em face de doação feita pelo pai aos filhos, ainda em vida (art. 1.776, CC/1916), sem haver fatos a provar, prescinde dos "meios ordinários", podendo ser discutido no próprio inventário". (STJ. REsp 114524/RJ, Rel. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, julgado em 27/05/2003).**

**"REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7. JUÍZO DO INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA. - "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." - Pretensão de herdeiros que dispensa alta indagação e novas provas deve ser deduzida perante o juízo do inventário. - Questões de direito - mesmo complexas - resolvem-se no processo de inventário. O mesmo ocorre com as questões de fato documentadas nos autos". (STJ. AgRg no Ag 855.543/RS, Rel. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 21/06/2007).**

**"PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA DECLARATÓRIA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DE NULIDADE DE DOAÇÃO. LIQUIDAÇÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA. ART. 984 DO CPC. QUESTÕES AFEITAS AO JUÍZO DO INVENTÁRIO. 1. (...). 4. Cabe ao juízo do inventário decidir, nos termos do art. 984 do CPC, "todas as questões de direito e também as questões de fato, quando este se achar provado por documento, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

5

153

*[Assinatura]*

outras provas", entendidas como de "alta indagação" aquelas questões que não puderem ser provadas nos autos do inventário. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido". (STJ. REsp 450.951/DF, Rel. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 23/03/2010).

"Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. REMESSA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. DESCABIMENTO. O gravado está devidamente representado, não havendo defeito algum em sua representação processual. É possível que, em sede de embargos de declaração, o acolhimento de uma determinada omissão ou contradição implique em verdadeira mudança na solução de mérito da própria decisão embargada. A justificativa de remessa às vias ordinárias da discussão sobre crédito habilitado em inventário, não se resume à mera discordância das partes. É necessário que a questão seja de alta indagação. Ausente maior complexidade da questão, tampouco necessidade de produção de outras provas, é cabível o julgamento do tema nos autos da habilitação. NEGADO SEGUIMENTO. EM MONOCRÁTICA". (TJRS. Agravo de Instrumento Nº 70048197677, Oitava Câmara Cível, Relator: Rui Portanova, Julgado em 11/04/2012).

"Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM INVENTÁRIO. REMESSA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. DESCABIMENTO. A justificativa de remessa às vias ordinárias da discussão sobre crédito habilitado em inventário, não se resume à mera discordância das partes. Necessário que a questão seja de alta indagação. Ausente maior complexidade da questão, tampouco necessidade de produção de outras provas, é cabível o julgamento do tema nos autos da habilitação. Não é abusiva a cláusula que, em honorários contratuais, faz incidir a alíquota de imposto de renda sobre os honorários contratados. DERAM PROVIMENTO". (TJRS. Apelação Cível nº 70039631528, Oitava Câmara Cível, Relator: Rui Portanova, Julgado em 09/12/2010).

Na hipótese dos autos, o título de crédito apresentado é um cheque regularmente emitido.

Não há discussão sobre a regularidade da emissão ou assinatura nele aposta, nem prova do pagamento. Limita-se o Espólio a alegar que foram emitidos em momento de grandes dificuldades financeiras do autor da herança e que, devido a supostos juros extorsivos cobrados, o montante já estaria quitado.

Em que pese tais alegações, não há prova da suposta prática de agiotagem, ou de qualquer elemento capaz de caracterizar tal conduta ilícita. Meras insurgências

*[Assinatura]*





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

genéricas e destituídas de fundamento não desqualificam o direito invocado pela outra parte.

É de se ressaltar que o ordenamento jurídico pátrio não proíbe o mútuo entre particulares, sendo certo que, para serem válidos, os encargos estipulados no contrato devem obedecer aos parâmetros legais. A respeito, observe-se os seguintes julgados:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. Não há conhecer de ponto em que a parte apelante já foi contemplada pela sentença, visto que latente a ausência de interesse recursal. Não há falar em ilegitimidade da parte embargante, porquanto a prova dos autos não demonstrou nenhum vício quando da assinatura da confissão de dívida, ainda que os valores tivessem origem em dívida contraída pela pessoa física de um dos sócios. Embora permitido o mútuo entre particulares, os juros devem respeitar os parâmetros legais. No caso, tanto a prova pericial, quanto o próprio instrumento, demonstraram a incidência de juros abusivos, sendo latente a nulidade do negócio, na forma do art. 166, II, do Código Civil. Inviável a fixação de indenização, porquanto sequer demonstrada a caracterização de dano. Precedentes da Corte" (TJRS. Processo nº 70049042831 RS, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Data de Julgamento: 08/08/2012, Vigésima Câmara Cível).

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. TÍTULO EXECUTIVO HÁBIL. O VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM INTEGRA O CONTEÚDO DA CLÁUSULA GERAL DE PROTEÇÃO À BOA-FÉ OBJETIVA NA RELAÇÃO. EMPRÉSTIMO ENTRE PARTICULARES. JUROS ABUSIVOS. INCIDÊNCIA DA LEI DA USURA. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. ART. 422 DO CCB. LIMITAÇÃO EM 1% AO MÊS. O mútuo de dinheiro entre particulares não encontra vedação na legislação pátria. Coíbe, sim, a lei, a cobrança de juros acima dos patamares legais permitidos. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA E RECURSO ADESIVO PREJUDICADO. UNÂNIME". (TJRS. Apelação Cível nº 70029365319, Vigésima Câmara Cível, Relator: Rubem Duarte, Julgado em 01/12/2010).

"Embargos à execução. Mútuo entre particulares. Ilegalidade dos juros remuneratórios e prescrição. Procedência parcial. Apelação do embargante. Aplica-se ao mútuo celebrado entre particulares a limitação dos juros remuneratórios prevista nos arts. 591 e 406 do Código Civil. Remissão da lei civil ao art. 161, § 1º do CTN. Precedente do STJ. Juros remuneratórios limitados a 1% a.m. Norma de ordem pública. Recurso parcialmente provido". (TJSP.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

7

154  
Fp.

Processo nº 9055516372009826, Relator: Virgílio de Oliveira Junior, Data de Julgamento: 14/09/2011, 21ª Câmara de Direito Privado).

**"Ação de cobrança - mútuo realizado entre particulares - juros onzenários comprovados - afastamento dos encargos ilícitos - manutenção do valor principal acrescido dos encargos legais - ação julgada parcialmente procedente - recurso provido em parte para esse fim". (TJSP. Processo nº 991010518011 SP, Relator: Coutinho de Arruda, Data de Julgamento: 03/08/2010, 16ª Câmara de Direito Privado).**

Nas razões de sua impugnação à habilitação de crédito, o autor se limita a arguir que os juros estipulados eram extorsivos, sem, no entanto, indicar qual foi o percentual cobrado, o que apenas reforça o caráter genérico de sua alegação de prática de agiotagem.

Anote-se que o cheque é uma ordem de pagamento à vista. Como todo título de crédito, tem existência autônoma e dispensa dilação probatória quanto à obrigação nele representada.

Deve ser acrescentado, ainda, que, versando a dívida cobrada através do cheque, no valor de R\$ 3.247,00, sobre obrigação superior ao décuplo do salário-mínimo vigente no país à época de sua celebração (R\$ 136,00 reais a partir de maio de 1999), é inadmissível a prova da ocorrência de agiotagem exclusivamente por meio testemunhal, consoante disposição dos art. 227 do CC e art. 401 do CPC.

Esse é o entendimento predominante nos tribunais pátrios, mormente quando se trata de dívida comprovada por meio de título de crédito:

**"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE NOTA PROMISSÓRIA - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO CONSTATAÇÃO - REJEITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AGIOTAGEM - NÃO VERIFICAÇÃO - AFASTAMENTO - MANUTENÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO - PAGAMENTO PARCIAL DA NOTA PROMISSÓRIA - COMPROVAÇÃO - REFORMA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - MODIFICAÇÃO - NECESSIDADE. 1- Compete ao Juiz, nos termos do artigo 130, do CPC, de ofício ou requerimento das partes, determinar as provas necessárias para instrução do feito, devendo indeferir as diligências inúteis. 2- A prova oral, seja o depoimento pessoal ou a testemunhal, não é útil para desconstituir o que foi lançado na nota promissória, mormente quando esta apresenta valor superior a 10 (dez) salários mínimos. 3- São características da Nota Promissória a literalidade e a autonomia, só podendo ser desconstituída por prova documental robusta. 4- Havendo**



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

prova de que houve pagamento parcial da nota promissória, devem ser julgados procedentes os embargos à execução para que o montante seja decotado, devendo a ação de execução prosseguir para recebimento do restante. 5- Sendo reformada parcialmente a sentença, a distribuição e fixação do ônus da sucumbência devem ser modificadas". (TJMG. Apelação Cível 1.0223.10.013839-3/001, Rel. Pedro Bernardes, 9ª Câmara Cível, julgamento em 31/01/2012).

"EMENTA: APELAÇÃO - MONITÓRIA - PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - PRECLUSÃO - AGIOTAGEM - NÃO COMPROVAÇÃO. É vedada pela norma processual, através do artigo 471 do CPC, nova decisão de questão já decidida no mesmo processo, devido à ocorrência de preclusão. A agiotagem não se presume, deve-se ter prova peremptória de sua existência, não se prestando a prova testemunhal para tal comprovação". (TJMG. Apelação Cível 1.0009.07.008760-7/003, Rel. José Affonso da Costa Côrtes, 15ª Câmara Cível, julgamento em 30/06/2011).

"AÇÃO MONITÓRIA Embargos monitórios Cheque Pretensão de reforma da sentença que rejeitou os embargos monitórios Descabimento Hipótese em que cabia à ré embargante a comprovação do pagamento e da prática de agiotagem, ônus do qual não se desincumbiu Impossibilidade de prova exclusivamente testemunhal, ante o disposto no artigo 401 do Código de Processo Civil - RECURSO DESPROVIDO." (TJSP. Processo nº 54027820098260218 SP 0005402-78.2009.8.26.0218, Relator: Ana de Lourdes Coutinho Silva, Data de Julgamento: 19/10/2011, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/10/2011)

"PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. TÍTULO DE CRÉDITO. ART. 401, DO CPC. QUITAÇÃO DA DÍVIDA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. AGIOTAGEM. AUSÊNCIA DE PROVA SATISFATÓRIA. 1. A simples prova testemunhal, mormente quando vaga e imprecisa em relação ao negócio objeto da avença, cujo valor ultrapassa o indicado no art. 401, do CPC, não tem o condão de comprovar a quitação de dívida representada por título de crédito que ainda se encontra em poder do credor. 2. Inexistindo prova satisfatória da prática de agiotagem, não há como prevalecer a alegação fundada em tal ocorrência". (TJDFT. Acórdão n. 135077, 19980510042956APC, Rel. Ana Maria Duarte Amarante Brito, 1ª Turma Cível, julgado em 30/10/2000).

"Execução fundada em títulos extrajudiciais - Notas promissórias - Mútuo - Embargos à execução - Agiotagem - Prova testemunhal. Se o débito é oriundo de empréstimo de dinheiro, incabível é a prova exclusivamente

155  
/ 67

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves**

testemunhal no sentido de demonstrar a prática de agiotagem. Não descaracterizada a liquidez e certeza dos títulos de crédito, nega-se provimento ao recurso". (TJDFT. Acórdão n. 77506, APC3272294, Relator Júlio de Oliveira, 4ª Turma Cível, julgado em 12/12/1994).

"APELAÇÃO CÍVEL AGRAVO RETIDO CONHECIDO ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA PELO INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL QUE OBJETIVAVA COMPROVAR A PRÁTICA DE SUPOSTA AGIOTAGEM - INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE PRODUZIR- SE PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS A DEMONSTRAR O ALEGADO E DÍVIDA CUJO VALOR ULTRAPASSA DEZ VEZES O SALÁRIO MÍNIMO. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 400, INCISO II E 401 DO CPC. NÃO PROVIMENTO. AÇÃO MONITÓRIA CHEQUES PRESCRITOS APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE PELA REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS DE MÉRITO EXPENDIDOS NA PETIÇÃO DE EMBARGOS. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 514, II E 515 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO RETIDO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA" (TJPR. Processo nº 8563764 PR 856376-4 (Acórdão), Relator: Ana Lúcia Lourenço, Data de Julgamento: 15/05/2012, 6ª Câmara Cível).

*In casu*, verifica-se que o espólio autor não acosta aos autos qualquer prova documental da existência de prática de agiotagem por parte do réu, nem ao menos um início de prova, razão pela qual tal alegação encontra óbice no entendimento jurisprudencial e nos dispositivos legais supramencionados.

Assim, inexistindo necessidade de dilação probatória, porquanto as alegações deduzidas pelo autor não podem ser provadas exclusivamente por meio testemunhal, não há razão para remeter o crédito à via ordinária.

Neste contexto, não se verifica a invocada violação à expressa disposição de lei. A sentença impugnada encontra-se em harmonia com a lei e com a jurisprudência do STJ acerca da matéria, não havendo, portanto, razões para rescindi-la.

Pelo exposto, meu voto é para julgar improcedente o pedido formulado na presente demanda rescisória, devendo o espólio autor responder pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios, estes à base de 10% sobre o valor da causa.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
***Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves***

---

Todavia, a execução fica condicionada à prova de que cessaram os motivos que justificaram a concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 11, § 2º da Lei nº 1060/50.

É como voto, em revisão.

Recife, 21.03.2013

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues  
Revisora Substituta